

CLEIDE BARROS DA SILVA

A ESCOLARIZAÇÃO ENTRE A IDADE MÉDIA E A IDADE MODERNA

Rio de Janeiro
2004

Cleide Barros da Silva

A ESCOLARIZAÇÃO ENTRE A IDADE MÉDIA E A IDADE MODERNA

Monografia apresentada ao Curso de
Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e
Educação da UNI-RIO, como requisito para
obtenção do grau de licenciatura,
orientada pela professora
Ângela Maria de Souza Martins.

Rio de Janeiro
2004

Dedico este trabalho a minha orientadora
Ângela Maria de Souza Martins.
E a minha mãe
que permitiu que isso tudo se realizasse

Agradeço primeiramente a Deus e depois a minha mãe.
E as amigas que fiz durante a caminhada
Fafá, Val, Hêlo e Soninha.

" (...) Fico só pensando, porque não posso perguntar nada a ninguém, é proibido.
(...) Tem que ser em ordem. (...) Como são chatas as aulas da segunda série ginásial. Matemática, francês, desenho, sei lá o que mais. Os professores entram, falam milhares de coisas, saem e eu nem os vejo direito. Amanhã eles vão entrar de novo, tornar a falar e a sair. Eu não aprendo nada e não sei se eles aprendem alguma coisa. Escrevem umas coisas no quadro mas eu não leio; nada daquilo me interessa, são coisas que eu já sei, acho até que são coisas que eu sempre soube. Eles olham para mim, conversam comigo, me perguntam as coisas. Não respondo nada, não porque eu não saiba, mas porque não concordo com as respostas. São respostas que me foram ensinadas sem que eu pedisse ou quisesse. As coisas não são tão simples como eles pensam. Cada pessoa tem suas respostas."

(Autor desconhecido)

RESUMO

O estudo teve como objetivo investigar quais seriam os fatores que ao longo da história teriam contribuído ou contribuíram para as práticas autoritárias. Para tal, foi realizada uma pesquisa histórica através dos textos dos seguintes autores: Franco Gambi, Philippe Ariès, Mário Alguiero Manacorda, Maria Lúcia de Arruda Aranha e Mary Del Priori. Foram obtidas consideráveis informações que permitiram analisar o entendimento destas práticas autoritárias no decorrer da história: a escolarização, a questão da disciplina e o contexto histórico na Idade Média; a escolarização, a questão da disciplina e o contexto histórico na Idade Moderna, a educação e a Reforma, a educação e a Contra-Reforma, o colégio dos jesuítas, os jesuítas e as crianças no Brasil. Verificou-se que a disciplina foi a grande diferença entre as escolas medievais e as do tempo moderno.

PALAVRAS-CHAVE: práticas autoritárias, Idade Média, Idade Moderna, disciplina.

Introdução.....p.9

CAPÍTULO I – O processo de escolarização na Idade Média:

1.1- O contexto histórico na Idade Média.....p.12

1.2- A escolarização na Idade Média.....p.16

1.3- A questão da disciplina na Idade Média.....p.28

CAPÍTULO II – O processo de escolarização na Idade Moderna:

2.1- O contexto histórico na Idade Moderna.....p.30

2.2- A escolarização na Idade Moderna.....p.33

2.3- A educação e a Reforma.....p.36

2.4- A educação e a Contra-Reforma.....p.41

2.5- O colégio dos jesuítas.....p.42

2.6- Os jesuítas e as crianças do Brasil.....p.48

2.7- A questão da disciplina na Idade Moderna.....p.55

Considerações Finais.....p.59

BIBLIOGRAFIA..... p.60

Introdução:

Escolhi este tema durante as aulas de avaliação educacional que foram ministradas durante o quarto período. Inicialmente meu interesse era investigar o porquê das práticas autoritárias que percebemos no cotidiano da maioria dos nossos professores. No decorrer das aulas decidi investigar quais seriam os fatores que ao longo da história teriam contribuído ou contribuíram para as práticas autoritárias.

Neste trabalho foi utilizada a pesquisa histórica através dos textos dos seguintes autores: Franco Gambi, Philippe Ariès, Mário Aliguiero Manacorda, Maria Lúcia de Arruda Aranha e Mary Del Priori.

O trabalho está dividido em dois capítulos. O capítulo I trata da escolarização na Idade Média e subdivide-se em três itens: o contexto histórico na Idade Média, a escolarização na Idade Média e a questão da disciplina na Idade Média.

O item "O contexto histórico na Idade Média" compreende as duas fases da Idade Média: a alta Idade média que foi marcada pelo domínio dos papas e dos reis, da existência dos feudos e das grandes cruzadas; a outra fase foi a baixa Idade Média que foi marcada pela construção das cidades e pelo início das atividades comerciais – assim como a decadência do poder da Igreja e o aparecimento da burguesia.

O item "A escolarização na Idade Média" fala do controle exercido pela Igreja na educação, o surgimento do Cristianismo e sua influência educacional, o tratamento dado às crianças e a figura da mulher na sociedade medieval.

O item “A questão da disciplina na Idade Média” fala da mistura das idades dentro e fora do ambiente escolar e da falta de uma gradação curricular.

O segundo capítulo trata do processo de escolarização na Idade Moderna e subdivide-se em sete itens: o contexto histórico na Idade Moderna, a escolarização na Idade Moderna, a educação e a Reforma, a educação e a Contra-Reforma, o colégio dos jesuítas, os jesuítas e as crianças no Brasil e a questão da disciplina nas escolas da Idade Moderna.

O item “O contexto histórico na Idade Moderna” fala do surgimento e consolidação da burguesia e as mudanças acarretadas com o surgimento da mesma nos campos político, econômico, social e, sobretudo, educacional.

O item “A escolarização na Idade Moderna” fala das mudanças implantadas pela burguesia na educação: a importância de educar-se, a tecnização voltada para as capacidades infantis e juvenis, a mudança dada ao tratamento da diferença de idade, a decadência no ensino das universidades e o surgimento das academias.

O item “A educação e a Reforma” fala da ruptura com o Cristianismo e do enfraquecimento do poder da Igreja. A resposta dada pela Igreja foi a Reforma protestante iniciada por Martinho Lutero e que teve a participação de Melanchthon e, também, de Calvino.

O item “A educação e a Contra-Reforma” fala do Concílio de Trento que reforçou o poder da Igreja e a supremacia papal. A pedagogia da Contra-Reforma estava pautada no modelo do colégio interno – os quais utilizavam currículos formativos e tradicionais.

O item "O colégio dos jesuítas" fala da ordem religiosa criada durante a Contra-Reforma. O colégio dos jesuítas foi criado por Santo Inácio de Loyola e sua proposta pedagógica era a conquista das almas jovens através da uniformização da ação.

O item "Os jesuítas e as crianças no Brasil" descreve como os jesuítas conquistaram as crianças indígenas e depois as transformaram em um clero nativo e a decadência da Companhia de Jesus.

O item "A disciplina nas escolas da Idade Moderna" fala do tratamento dado as crianças e aos adultos bem como das punições e das sanções sofridas pelos mesmos. A disciplina foi a grande diferença entre as escolas medievais e as do tempo moderno.

I- O processo de escolarização na Idade Média:

1.1- O contexto histórico da Idade Média:

A Idade Média pode ser compreendida basicamente em duas fases: a chamada Alta Idade Média e a Baixa Idade Média.

A Alta Idade Média se inicia depois das invasões bárbaras e se encerra por volta do Ano Mil. A Alta Idade Média é marcada politicamente pelo domínio feudal que regulava as relações sociais a partir da vassalagem. O Papa concedia o poder ao rei que era considerado a voz de Deus na Terra. A sociedade era hierarquizada por relações de fidelidade e dependência.

A produção econômica girava em torno da terra e a economia era basicamente rural. O feudo produzia tudo que era necessário para sua sustentação.

O acúmulo de riquezas não era permitido, pois era considerado crime de usura e só poderia acontecer se fosse com intuito de ganhar mais terras e para a obtenção de armas. O comércio, que quase não existia, era basicamente o escambo.

As grandes Cruzadas foram as maiores fontes de acumulação de riquezas; a evangelização era usada como desculpa para saquear. Com isso, aumentava-se o domínio da igreja. O poder da igreja era universal e indiscutível e os povos considerados bárbaros, ou seja, pagãos, eram escravizados.

Nos feudos havia os burgos, lugar onde viviam os servos – os quais eram donos dos seus instrumentos de trabalho, cultivavam a terra e a maior parte do

que produziam era dos senhores feudais. Muitos servos sofriam humilhação por parte dos donos da terra.

No século X a Igreja consolidou seu poder efetivamente (o poder político, religioso e intelectual). Principalmente entre os séculos X e XV, a Igreja passou a ter todo poder social.

A Alta Idade Média foi marcada pelo domínio exercido pela Igreja. As relações sociais eram rígidas e o povo sofria com problemas de sobrevivência, já que a maior parte do que era produzido pelos servos eram dos senhores feudais. Mesmo com uma estrutura social considerada rígida, na Alta Idade Média surgiram lutas religiosas e políticas que se acentuaram no período conhecido por Baixa Idade Média.

A chamada Baixa Idade Média compreende o período que se inicia a partir do Ano Mil, e é marcado pela construção das cidades e do início das atividades comerciais. No campo intelectual, ocorre ascensão das ciências e das artes. O campo político-social é marcado pelas lutas sociais e religiosas, principalmente as revoltas camponesas e as que eram contra as heresias.

A decadência do poder da igreja cede lugar a uma nova sociedade: mais dinâmica, mais livre e mais inquieta. Nessa nova sociedade surge um novo elemento: o burguês. Esse novo elemento encontrou espaço no mundo moderno e foi o principal responsável por mudanças políticas, sociais, culturais e sobretudo econômicas.

O surgimento da burguesia foi responsável por grandes mudanças. Essa nova classe social era individualista e autônoma e contribuiu para grandes mudanças em todos os setores sociais.

No campo econômico, a retomada do comércio no interior das cidades através das corporações foi o que contribuiu para produção de bens gerando assim riquezas que eram reinvestidas na produção. É o início do que mais adiante se tornaria o sistema capitalista.

Impulsionada por um espírito inovador, a burguesia alarga seu território de intervenção, pressionando organismos políticos e religiosos dando origem à transformação da mentalidade dos mesmos. Essa intervenção mais dinâmica ocorreu na Europa, sobretudo na Itália e na Alemanha Báltica.

O mundo para os novos grupos mercantis deveria ser laico, atento não só as suas paixões como também aos conflitos sociais. A nova sociedade deveria estar centrada no homem, na sua capacidade de astúcia e nas suas necessidades elementares para a realização social.

A fé cristã, que antes era inatingível e incontestável, recebeu uma renovação radical vendo-se atravessada por fortes impulsos irreligiosos e por movimentos milenaristas e escatológicos que anunciavam uma nova era na história que seria mais justa e intimamente cristã.

Movimentos pauperistas como os dominicanos e franciscanos pregavam novas ordens pobres e predicantes. Todos esses fenômenos sociais acompanharam o relançamento das cidades, complicando ainda mais as relações sociais.

Os grupos mais pobres da sociedade manifestavam sua condição social através da questão religiosa. Surge então, uma nova imagem do cristianismo: mais evangélica, mais pobre e mais escatológica.

A estrutura da Igreja foi abalada não só por essas exigências como também pela profunda crise que atravessavam. A revitalização desta fase dramática vivida pela Igreja aconteceu pelos novos movimentos religiosos e por vozes proféticas como a de Santa Catarina de Siena, por exemplo.

A Idade Média caracteriza-se por uma longa e complexa época de transformações geográficas, políticas, sociais, econômicas e culturais. A Idade Média também foi responsável pela dissolução do mundo clássico e antigo com sua estrutura mitológica, cultural e suas regras econômicas e sociais dando lugar a um mundo comandado pelas regras cristãs.

A Idade Média manifestou alguns efeitos que tiveram uma longa duração e contribuíram para mudanças na época moderna constituindo-se sua estrutura fundamental.

Todas essas mudanças estiveram ligadas a mensagem cristã, que era o embasamento espiritual de toda esta época. E, estruturaram-se no mínimo em três alicerces originais: a Europa, a cultura laica e as nações que se prepararão como matrizes profundas da própria era moderna.

A Europa esteve no centro de toda aventura da modernidade com seu sucesso na história contemporânea e, até a sua superação após a Segunda Guerra Mundial.

A cultura laica foi à protagonista da sociedade moderna e foi responsável por impor limites aos poderes considerados absolutos: o Estado e a Igreja. E, as nações estiveram cada vez mais no centro político da coletividade funcionando como estruturas ou mitos. As nações foram as responsáveis por agregarem forças e ideais que animariam a complexa época moderna.

1.2- A escolarização na Idade Média:

A hierarquia social da Alta Idade Média não priorizava a erudição e, esta estava reservada aos mosteiros, Igrejas e seminários. Geralmente, o primogênito herdava o trono do pai, o senhor feudal. O segundo filho servia a Igreja e o terceiro poderia estudar. Na sociedade medieval os títulos de poder eram o que importavam.

A literatura era totalmente controlada pela Igreja e alguns clássicos gregos não eram aceitos nas escolas e as aulas eram inteiramente lidas. Todas as bibliotecas pertenciam à Igreja, que era controladora do saber:

“A pedagogia da Alta Idade Média caracterizava-se como estática e uniforme em torno da fé cristã e da Igreja” (CAMBI. 1999. p.151).

A função da educação na Alta Idade Média era perpetuar uma sociedade onde a cultura predominante era oral e visual, moldando assim o imaginário do indivíduo, pois atingia suas profundezas:

Naquela sociedade fechada, mas fervilhante, o imaginário é um regulador fundamental: produtor de ordem e de tensões ao mesmo tempo, consolida os vínculos sociais, mas também renova os limites ideais daquela sociedade (CAMBI. 1999. p.151).

A mentalidade da Idade Média a respeito da educação durou muito tempo, pois o saber ensinado nas escolas medievais não priorizava o raciocínio, por isso o domínio era mais rápido.

A educação naquela sociedade hierárquica era organizada de forma diferente. Na aristocracia era refinada, formalizada, ligada a cultura literária dos castelos e da Cavalaria, pautada nos modelos clássicos e mitológicos.

A cultura popular estava ajustada no mágico e no baixo (o corpo e o sexo), priorizava temas como a sorte (a roda que gira), a morte (a foice que decepa) e da inversão (o carnaval).

A educação aristocrática era clássica. Separada do restante da sociedade, acontecia nos castelos ou nas celas dos mosteiros. Enquanto que, a popular estava mergulhada na realidade social, articulada em conhecimentos técnicos que priorizavam o fazer e aconteciam nos espaços abertos na praça, na festa e na oficina:

“Uma sociedade rigidamente hierárquica separa e contrapõe – hierarquizando-os – também os modelos educativos e culturais.” (CAMBI. 1999. p.151).

A Idade Média testemunhou o nascimento de uma nova concepção educacional: o Cristianismo, que revolucionou não só a mentalidade cultural, como a social e a política também. Segundo o Cristianismo, um novo tipo de homem deveria emergir, o mesmo deveria ser igualitário e solidário, sua virtude deveria ser a humildade, a dedicação pessoal e, na sua existência deveria estar presente à castidade e a pobreza.

A visão religiosa também modelou a sociedade, influenciando o comportamento coletivo e também outras instâncias da sociedade como a família, por exemplo, baseada no amor e não somente na autoridade e no domínio.

Na economia, os trabalhos considerados baixos – manuais - deveriam ser abolidos. E as relações entre senhores feudais e vassallos, patrões e empregados deveriam ser colocadas num plano de colaboração recíproca. E, finalmente, a política deveria inspirar-se nos valores ético-sociais de igualdade e solidariedade. O soberano deveria agir como um pai, um guia do povo.

Esse modelo de sociedade era basicamente inspirado no Evangelho e a Igreja era sua fundação. As relações sociais eram baseadas nas relações de fraternidade e civilidade além da equidade como processo de renovação social:

A Igreja, desejada e fundada por Cristo, é a instituição humana mais alta, embora não perfeita, que deve tomar-se fermento de toda a sociedade, indicando-lhes os fins a realizar os instrumentos para atingi-los (CAMBI. 1999. p. 122).

O Cristianismo foi uma concepção que revolucionou pelos conteúdos antropológicos e sociais, contrapondo-se ao modelo do antigo mundo. O novo modelo de civilização pretendido pelo Cristianismo estava centrado na religião. A mensagem cristã anunciada pela Igreja transformou toda sociedade, que enquanto orientada pela religião tornou-se educadora:

A revolução do Cristianismo é também uma revolução pedagógica e educativa, que durante muito tempo irá marcar o Ocidente, constituindo uma das suas complexas, mas fundamentais matrizes (CAMBI. 1999. p.123).

Havia uma grande luta entre o Cristianismo e o Paganismo. Várias foram às tentativas de deixar de lado os fundamentos da cultura clássica de Aristóteles e Platão que eram considerados, pela Igreja, pagãos.

No Cristianismo surgem duas tendências: o Cristianismo de Santo Agostinho e a leitura cristã de Aristóteles feita por São Tomas.

Santo Agostinho foi intérprete de Platão e seu pensamento foi uma síntese da filosofia platônica pautado no inatismo da verdade; no dualismo alma/corpo; na ascese ética e mística típica do neoplatonismo, mas salvaguardando as características da teologia - a Trindade, por exemplo - e da moral que era o senso do pecado.

O pensamento de Santo Agostinho foi uma síntese da Patrística, dando continuidade ao pensamento do mundo clássico, do mundo grego. Santo Agostinho foi o guia do pensamento cristão tanto na Idade Média quanto na Idade Moderna.

A educação, segundo Santo Agostinho, vinha de dentro, aprendia-se pelo autoconhecimento: "*Não saias, volta para dentro de ti mesmo; a verdade mora dentro do homem*" (CAMBI. 1999. p.136). A razão e a fé estavam vinculadas e seriam as chaves para o conhecimento humano. A obras fundamentais de Santo Agostinho foram: "*A Cidade de Deus*" e "*As Confissões*".

Na obra "*A Cidade de Deus*" Santo Agostinho apresenta o que seria o governo perfeito, mostrando que o cristão muda a história do mundo apoiado pela Igreja e, esta o conduz a Cidade de Deus, uma Jerusalém celeste: a cidade dos santos para onde toda alma seria levada depois da morte.

A obra “*As Confissões*” é uma espécie de autobiografia onde Santo Agostinho fala sobre sua opção pelo Cristianismo e de como deve ser a formação da alma cristã. Segundo ele, todos deveriam se afastar do pecado para se dirigir a Deus. O crescimento interior aliado à racionalidade do indivíduo, o levaria a um processo de auto-educação capaz de corrigir o erro e o pecado. A educação, segundo Santo Agostinho, é uma iluminação divina:

Santo Agostinho foi um pouco o mestre do Ocidente cristão, já que investigou os aspectos fundamentais de pedagogia de estatuto religioso e lhe deu soluções realmente exemplares: pela espessura cultural, pelo vigor teórico e também pelo significado espiritual (CAMBI, 1999, p. 135).

A outra tendência refere-se a tradução feita por São Tomás a partir de uma leitura cristã de Aristóteles onde fica clara a submissão da razão pela fé. Segundo São Tomás, o homem como criatura divina, estaria na Terra de passagem e teria que provar através de uma autoridade maior, que segundo ele, seria a Bíblia, sua condição de ser cristão.

São Tomás foi o grande intérprete de Aristóteles. As traduções foram feitas de acordo com a doutrina cristã da época. A razão subordinada a fé dizia que o mestre principal era Deus. Sendo assim, a educação é uma atividade que torna realidade aquilo que é potencial.

Segundo Aristóteles, todos nós temos duas possibilidades: ato e potência. A nossa potência pode ou não se tornar ato, efetivação e execução. Todos nós temos potência e a possibilidade do ato. A educação é uma atividade que torna realidade aquilo que é potencial, é uma atualização das potencialidades da

criança, que segundo ele, dependia das sagradas escrituras, da graça da providência divina. A razão deve se submeter à revelação.

Com os ideais defendidos por Santo Agostinho e São Tomás, a Igreja tornou-se política e socialmente forte, detentora de todo o poder que regulava o povo. Tudo que fugia deste contexto era considerado pagão, corrompido e impuro. É nesta época, século XIII, que a Santa Inquisição está no auge. As escolas monacais negavam o corpo, pois este era considerado fonte de pecado.

Os filósofos modernos questionavam o fato de se poder provar a fé, pois a fé não se prova, é indiscutível. Os teólogos da Idade Média apoiavam-se na fé e na razão como forma de argumentação para convencer outros povos. Eles diziam que a filosofia era serva da teologia.

A pedagogia da Idade Média estava pautada na Patrística, cujo interprete era Santo Agostinho – educar seria iluminar:

O mestre é sobretudo um mestre interior, do qual Cristo é o símbolo. Aprender é operar este despertar seguindo o mestre espiritual, que ilumina com a verdade dos universais (CAMBI. 1999. p. 137).

Faziam parte da Patrística ainda Clemente de Alexandria, Orígenes e Tertuliano. Uma outra corrente pedagógica que se destacou na Idade Média foi a dos Enciclopedistas. O saber enciclopédico era ministrado pelos padres da Igreja e estava baseado na copia e na tradução e, a Escolástica - filosofia ensinada na escola.

O ensino médio era composto do *Trivium* que compreendia a Gramática, a Retórica e a Dialética e no ensino superior o *Quadrivium* que compreendia a

Geometria, a Aritmética, a Astronomia e a Música. No Brasil, o *trivium* e o *quadrivium* perduraram até o século XIX devido à hegemonia dos jesuítas.

Na Idade Média a escolaridade não era valorizada: a erudição estava reservada aos mosteiros, Igrejas e seminários. Os colégios e as escolas eram reservados a um pequeno número de alunos. Portanto, era comum crianças e jovens de diversas idades compartilharem o mesmo espaço escolar, o que acontecia dentro de um espírito de liberdade e costumes.

A idade dos alunos não era preocupação nas escolas medievais. Os contratos de pensão – nome dado aos contratos de aprendizagem – esporadicamente mencionavam a idade dos alunos, como se isso não tivesse importância.

Os métodos pedagógicos utilizados referiam-se a repetição, daí a indiferença com relação à idade. Não havia um espaço destinado as práticas escolares, pois era comum não se ter privacidade dentro dos castelos, e por isso o espaço escolar não dispunha de acomodações amplas.

A hierarquia social não priorizava a erudição. Os mestres, em sua grande maioria, eram retirados do comércio e se instalavam na porta das Igrejas ou dentro delas.

Mesmo com a multiplicação das escolas autorizadas, os recursos não eram suficientes e os mestres ensinavam nas esquinas das ruas ou alugavam salas por um preço estabelecido pelas cidades universitárias. Essas escolas eram chamadas de Escolas Laicas e funcionavam independentes umas das outras.

As condições das escolas eram precárias, o chão era forrado com palha e os alunos ali se sentavam. Os bancos só passaram a serem utilizados a partir do

século XIV e no início, essa nova prática parecia ser suspeita. Segundo Robert de Salisbury, no século XIX, o número de estudantes podia ser superior a duzentos:

“Vi homens de idades diversas: peuros, adolescentes, juvenes, senes.” (SALISBURY, 176, p.709).

Não havia infância na Idade Média, as crianças eram como pequenos adultos. Todas as idades eram misturadas, pois não havia uma palavra para nomear o adulto, as pessoas passavam sem transição de *juvenes* para *senes*.

Com a mistura das diferentes idades não havia uma gradação curricular, simplesmente os alunos mais velhos haviam repetido mais que os jovens. Fora do ambiente escolar, as condições de vida dos jovens e velhos também eram semelhantes e, o mestre não estava preparado para controlar a vida quotidiana de seus alunos. Findada a lição, os mesmos escapavam à sua autoridade.

Muitos não viviam com seus pais, outros viviam em regime de pensão na casa do próprio mestre ou na de um padre ou cônego. Os que moravam com os padres ou com os cônegos viviam num regime de internato, por isso eram mais vigiados, pois havia um compromisso com a educação e a aprendizagem.

Ao ingressar na escola a criança imediatamente entrava no mundo dos adultos e suas relações eram reguladas por tradições de iniciação que uniam em laços estreitos os alunos pequenos e os maiores.

Os primeiros colégios eram asilos para estudantes pobres fundados por doadores. As regras monásticas foram as que inspiraram os estatutos dos bolsistas que viviam nesses colégios.

A separação das idades só estava garantida dentro dos colégios. Fora do ambiente escolar, perpetuava-se a mistura não só das idades como de sexos e de condições sociais. Durante os séculos XV e XVI os colégios ampliaram a sua clientela. Se no início somente os nobres, burgueses e alguns leigos tinham acesso à educação, agora também as classes mais populares passaram a freqüentar a escola.

A partir do século XV, essas comunidades tornaram-se institutos de ensino, com uma grande quantidade de alunos, onde já havia a figura de alguns professores e administradores.

Os colégios tornaram-se essenciais à sociedade. Essa nova instituição era formada de um corpo docente separado e seus métodos pedagógicos eram baseados na disciplina rígida, no autoritarismo e a tradição, marcantes na educação das classes que freqüentavam esses colégios. Todas as gerações ali formadas foram instituídas no *Ancien Regime*. Dentro do espaço escolar os alunos estavam submetidos a uma lei que diferia da do mundo dos adultos.

A separação das classes de acordo com o nível de aprendizagem teve início no século XV. As aulas eram ministradas por um único mestre e aconteciam num mesmo local:

"A estrutura das classes modernas teve seu início quando ocorreu esse isolamento"
(ARIÉS, 1981, p.172).

No decorrer deste mesmo século surge a figura de um mestre especial para cada uma dessas classes, que continuaram mantidas num mesmo local.

A separação da infância e da juventude aconteceu quando houve a conscientização de que existiam diferenças entre essas categorias e as demais - que iam além das contidas a nível escolar. Os colégios hierarquizados do século XIV foram os primeiros a separarem a infância do mundo exterior, onde todas as demais idades ainda eram misturadas. No entanto, naquele momento, essa conscientização não culminou no enquadramento das idades e do currículo escolar com todas as singularidades no que diz respeito à ordem, a disciplina e a eficiência pedagógica.

A relação entre idade e a estruturação das classes foi algo que passou despercebida devido ao estranhamento das necessidades mais comuns. Com a modernização, a necessidade de análise e divisão contribuiu para formação pedagógica mais intelectual e com isso foram criados métodos de trabalho idênticos de acordo com as idades.

Era costume nas famílias ricas da Idade Média o filho mais velho herdar o trono do pai; o segundo, servir a Igreja e o terceiro, poderia estudar. Para o filho que fosse estudar, havia todo um ritual para a aquisição do conhecimento; o oficial era o que tinha o domínio da arte.

A educação do cavaleiro começava aos 7 anos e ia até os 15 anos. Contudo, o que acontecia era que muitos jovens nobres ignoravam o colégio, evitavam as universidades para se unirem às tropas que saíam em campanha. Era comum existirem tenentes de 14 anos e soldados que ainda não tinham completado 18 anos. A precocidade esteve ligada, durante muito tempo, ao sucesso, mas a atenção foi desviada desses jovens considerados prodígios:

No século XII, a universidade tinha a função de reconstruir o pensamento. Foi nesta mesma época que surgiram as academias, que eram contra a educação ministrada nas universidades. As academias entraram em decadência devido ao domínio exercido pela Igreja através da fé.

A escola era a responsável por prolongar a infância e quando isso não acontecia os antigos hábitos da Idade Média persistiam. Os hábitos de infância curta estenderam-se não só aos meninos quanto às meninas.

A mulher medieval tinha papel secundário e o casamento acontecia muito cedo. Assim falava uma das mulheres de Chaucer, *“Desde que completei meus 12 anos, graças a Deus cuja vida é eterna, casei-me cinco vezes no pórtico da igreja.”* (ARIÉS, 1981, p.189).

Grande parte das mulheres não estudava e quando passavam da idade de se casarem eram mandadas para conventos. Aos 10 anos as meninas já eram consideradas mulherzinhas e a educação doméstica era a única que conheciam:

As mulheres eram semi- analfabetas. Criou-se um hábito de enviar as meninas a conventos que não eram destinados a educação, onde elas acompanhavam os exercícios devotos e recebiam uma instrução exclusivamente religiosa (ARIÉS, 1981, p.190).

A figura da mulher era idealizada: ela deveria cumprir o papel que lhe foi atribuído por Deus, à mãe que acolhe, que socorre e que muitas vezes era vista como heroína. O modelo familiar pregado na Idade Média estava relacionado ao da Sagrada Família.

1.3- A questão da disciplina nas escolas da Idade Média:

Nas escolas da Idade Média não havia uma gradação curricular, por isso era comum misturar alunos de várias idades em um único espaço escolar. O ambiente escolar padecia com a precariedade e era comum não haver um espaço reservado para as práticas escolares.

A autoridade e a disciplina estavam restritas ao ambiente escolar, fora dali os estudantes estavam entregues aos seus próprios cuidados. Alguns moravam com suas famílias e outros, como era mais freqüente, viviam com outras famílias sob um contrato de aprendizagem.

A realidade vivenciada pelos aristocratas era bem diferente da que acontecia no restante da sociedade: os filhos dos senhores feudais que optassem por estudar estariam condicionados a disciplina imposta pela Igreja.

O mestre da escola medieval não estava preparado para disciplinar a vida cotidiana de seus alunos. Portanto, como a disciplina e a autoridade estavam restritas ao ambiente escolar, era comum, fora deste contexto, o aluno mais novo seguir o mais velho, compartilharem alegrias, tristezas e muitas vezes, os primeiros sofriam agressão física e exploração.

Essa relação de dependência, que era praticada dentro e fora das escolas da Idade Média, era aceita pelo senso comum. Mas, com o fim da Idade Média esse sentimento encontrou forte oposição, sendo considerado uma forma de desordem e anarquia.

Na Idade Moderna o que contribuiu para separação das crianças do mundo dos adultos foi à evolução do sentimento em relação à infância. O reconhecimento

da infância não ocorreu somente no ambiente escolar, estendeu-se para toda sociedade.

As crianças não eram mais vistas como pequenos adultos como na Idade Média, elas passaram a ser reconhecidas como crianças e foram isoladas do mundo dos adultos. Esse isolamento permitiu maior enquadramento moral e intelectual devido à disciplina autoritária que foi estabelecida na Idade Moderna. Isto será mais bem explorado quando falarmos a respeito da disciplina nas escolas da Idade Moderna.

II- O processo de escolarização na Idade Moderna:

2.1- O Contexto histórico na Idade Moderna:

O surgimento da burguesia foi o ponto de partida para a chamada Idade Moderna. O burguês foi o responsável por grandes invenções, como exemplo podemos citar a bússola, que permitiu as grandes navegações e com isso a descoberta do Novo Mundo, ampliando não só o poder econômico como o poder político. Uma outra descoberta foi à pólvora, responsável pela destruição das grandes fortalezas feudais. E, por último, a imprensa que juntamente com o papel ampliaram a difusão da cultura.

As grandes navegações contribuíram para a descoberta do caminho das Índias e também da América, alargando o horizonte geográfico e comercial, possibilitando o enriquecimento da classe burguesa que estava em plena ascensão.

A sustentação a partir da terra, que era a atividade econômica que marcou o feudalismo, foi perdendo espaço com o aparecimento da burguesia. A atividade comercial era a principal ocupação dos burgueses, caracterizando o novo modo de produção capitalista.

Com a ascensão da burguesia, novas alianças começam a serem formadas. A união de banqueiros e reis contribuiu para a formação das monarquias nacionais. Essa união resultou na formação dos Estados Nacionais e das monarquias absolutas. O Estado Moderno exerceu um domínio racional partindo do centro, ou seja, do Estado espalhado-se por toda sociedade.

Nessa época tão complexa e dinâmica surge o Humanismo, sua proposta era à procura da nova imagem do homem e a da cultura, em contraposição as preocupações exclusivamente teológicas da Idade Média e o autoritarismo que dela era decorrente. O Humanismo pregava a superação do teocentrismo medieval buscando os valores antropocêntricos.

Nesse período a cultura passou por mudanças significativas, tornando-se mais racionalista, mais científica e mais técnica. Houve uma secularização da cultura, esta deixou de lado a parcialidade religiosa e tornou-se propriamente humana.

O homem também deveria submeter-se a remodelação estética com o intuito de formar o homem culto mundano, através do ideal de cortesão, ligado às regras de sociabilidade que estabeleciam os princípios e as formas socialização.

O homem passou a buscar alguns prazeres e alegrias mundanas, que iam desde o gosto pelo luxo da vida da corte até os deleites da vida familiar. O olhar do homem desvia-se do céu para a terra e ele passa a se preocupar com as questões cotidianas.

A curiosidade é aguçada para a observação direta dos fatos. A ética se torna individual e mais preocupada com as questões relativas ao homem. Essa preocupação teve reflexo no ensino. O estudo de medicina por exemplo, passou a ser pautado no interesse pelo corpo. Os conhecimentos de anatomia, com a prática de dissecação de cadáveres humanos, começaram a ganhar terreno. Esta prática até então, era proibida pela Igreja.

As questões ligadas à natureza, as leis e a sociedade de um modo geral passaram a fazer parte do cotidiano. As escolhas do homem tornaram-se

relevantes. O homem enquanto pessoa passou a ter suas idéias respeitadas bem como sua subjetividade. O teocentrismo medieval perdeu terreno para o antropocentrismo.

As artes como a pintura, a arquitetura, a escultura e a literatura sofreram influência do espírito burguês. A criação foi intensa e inovadora tendo a Itália como centro irradiador da nova produção cultural. Embora as idéias permanecessem ligadas a religião, a abordagem era humanista e os temas ligados à burguesia começam a prevaceler.

O espírito inovador do burguês se manifesta inclusive na religião, por isso são feitas críticas severas a Igreja Católica Apostólica Romana e, por isso, ocorre a Reforma que questiona a estrutura autoritária e decadente da Igreja centrada no poder do Papa. Os principais movimentos da Reforma foram: o luteranismo, o calvinismo e o anglicanismo. A Igreja propôs a Contra-Reforma como forma de reação.

No século XVI, a educação religiosa e a formação do cristão também sofreram mudanças, afastando-se das práticas educativas da Idade Média, assim como do cristianismo neoplâtonico do humanismo. A questão da religiosidade foi colocada no centro de todas as discussões, pois exercia grande influência no cenário político e social.

As mudanças no campo político-religioso acarretaram mudanças na educação. Educar tornou-se um processo autônomo e responsável no qual não deveriam vigorar modelos *a priori* e, se estes ainda existissem deveriam ser revistos a fim de harmonizar-se com o papel social. Isto ficará mais claro quando falarmos da pedagogia da Contra-Reforma.

No século XVI também começam a se modificar as técnicas educativas e escolares. O indivíduo passa a ser controlado e reprimido, a disciplina e a vigilância são constantes e tem o intuito de inseri-lo nos novos sistemas de controle sociais.

Desse modo, a escola assume um papel cada vez mais determinante na sociedade civil, servindo aos “aparelhos ideológicos” e burocráticos do governo, seja ele laico ou religioso. Sendo assim, o saber pedagógico se torna mais autônomo, naturalizando-se e sociabilizando-se, visando a formação da sua própria subjetividade.

2.2- A escolarização na Idade Moderna:

A Idade Moderna foi marcada pela preocupação com a educação:

“Educar-se torna-se uma questão de moda e uma exigência dentro da nova concepção de homem” (ARANHA.1989. p.104).

Por esse motivo há uma intensa produção teórica dos pedagogos e uma proliferação de colégios e de manuais para professores.

Embora educar-se tenha se tornado fundamental, não havia uma preocupação em expandir a escola popular. Os homens que freqüentavam a escola eram da burguesia ou membros da nobreza, que buscavam uma preparação para liderança da administração política e dos negócios. Os homens mais ricos e que pertenciam à alta nobreza, continuavam a ser educados em seus castelos.

A escolarização se torna mais técnica buscando soluções para a aprendizagem direcionada as capacidades infantis e juvenis. Essa tecnização acontece em diversos setores sociais; na escola tem a finalidade de disciplinar toda a prática e na fábrica realiza uma nova *práxis* de trabalho, organizada em função da relação tempo/trabalho. Essa organização em função do tempo estabelecida pelo capitalismo, contribuiu para uma prática de trabalho mais alienante na medida em que é mais mecânica.

O aparecimento dos colégios também contribuiu para uma nova visão da infância e da família. Nos tempos modernos as crianças foram separadas do mundo dos adultos, esse isolamento permitiu um maior enquadramento moral e intelectual devido à disciplina autoritária. Porém, esta disciplina autoritária nem sempre foi cumprida porque foram criadas algumas escolas que procuraram adaptar-se ao espírito do humanismo.

A *Casa Giocosa de Feltre* foi uma das muitas que surgiram na Itália. Vittorino da Feltre (1373-1446), foi considerado o primeiro mestre autenticamente humanista. Feltre foi convidado para ser preceptor dos filhos de um marquês em Mântua, na Itália, onde fundou a escola chamada *Casa Giocosa*, cujo lema era "*Vinde, meninos, aqui se ensina, não se atormenta*". O termo "*giocosa*", de origem italiana, significa alegre, e vem do latim *jocus*, ou seja, divertimento, jogo.

A escola de Feltre estava preocupada em oferecer a seus alunos não só distração e exercícios físicos como também o desenvolvimento da sociabilidade e do autodomínio. A formação intelectual pautava-se no ideal renascentista e na cultura humanística, com ênfase no ensino do grego e do latim. Em relação à disciplina, pretendia-se ser mais tolerante e menos rude.

Outro aspecto que observamos na escolarização da Idade Média é o tratamento dado à diferença de idade que começou a mudar, passou-se a criar uma certa homogeneidade de faixa etária nas turmas. Nos séculos XVI e XVII o que distinguiu idade e classe escolar foi o estabelecimento tardio e progressivo da segunda infância, a adolescência. O que contribuiu para a separação das classes de acordo com as idades foi à implantação de uma nova pedagogia, que estabelecia que as classes eram menos numerosas e mais homogêneas.

Reconhecer a infância foi o primeiro passo para a separação das classes escolares. Ao contrário do que acontecia na escola da Idade Média que acolhia crianças, jovens e velhos num mesmo espaço escolar.

Em relação ao regime de estudos, esse continuou a ser rigoroso e extenso. Os programas são os clássicos *trivium* e *quadrivium*, sem deixar de lado o estudo do latim e o descaso pela língua vernácula. Persistia a educação formal da gramática e da retórica, que era típica da Idade Média, tendo por base os textos clássicos.

O ensino nas universidades também se encontrava decadente, pois era impenetrável aos novos tempos. Ocorreu uma tentativa de reestruturação na Universidade de Paris, em 1452, o que resultou dessa reformulação foi a Faculdade de Artes, que era atrelada a outras três (filosofia, medicina e leis). Essa separação deu origem ao curso colegial, contribuindo para um afastamento com maior nitidez dos ensinos secundários e superior.

As academias foram às instituições privadas e de alto nível que surgiram com a decadência das universidades. Algumas delas tinham caráter especificamente literário, outras eram somente filosóficas. As academias só se

tornaram científicas a partir do século XVII, quando ocorreu o renascimento científico.

As mudanças que foram estabelecidas com o surgimento da burguesia transformaram os diferentes setores da sociedade e, principalmente, o campo religioso. Abalada com a decadência do poder papa, a Igreja propôs alterações no seu modo de atuação. O movimento de reforma política religiosa ficou conhecido pelo nome de Reforma Protestante e será explicitado no tópico seguinte.

2.3- A Educação e Reforma:

Mesmo com o poder exercido pela Igreja durante a Idade Média, essa unidade esteve ameaçada várias vezes. No século XI, houve o Cisma Grego que foi a ruptura entre as Igrejas Romanas e Ortodoxas. No século XIV, foram eleitos dois papas, um na França e um outro em Roma. Na tentativa de conter outras heresias que continuaram a acontecer por toda Europa, foi criada a Inquisição como instrumento de combate aos desvios da fé.

Iniciou-se, então, um movimento de ruptura com o cristianismo que era a religião universal. A doutrina da Igreja não era mais elemento de mediação na relação entre o homem e Deus.

Toda essa rebeldia não foi apenas devido à religião. As cidades começaram a se libertar dos senhores feudais e de algumas condenações impostas pela Igreja, dentre as quais podemos citar a condenação de empréstimos a juros.

Além disso, a Igreja era contra ao ideal de nacionalismo, que foi expresso na formação das monarquias nacionais e no fortalecimento do poder dos reis. Esses últimos, rejeitavam a teoria da supremacia do poder papal.

O nascente sentimento nacional cedeu lugar a agitações sociais, principalmente as revoltas das massas camponesas contra os grandes proprietários de terras, além do protesto dos novos intelectuais laicos.

A maior crise da Igreja ocorreu no século XVI, com a Reforma Protestante que propôs várias mudanças. O movimento da reforma foi iniciado por Martinho Lutero (1483-1546).

Martinho Lutero nasceu em um vilarejo da Saxônia, em uma modesta família de mineradores. Seguiu os estudos religiosos num mosteiro agostiniano. Durante uma viagem a Itália, em 1510, Lutero ficou indignado com a corrupção que dominava a Igreja romana, essa indignação o levou a afastar-se da ortodoxia católica.

De acordo com Lutero, o fundamento da Reforma seria o contato mais estreito entre o crente e as Escrituras, valorizando assim a religiosidade interior e o princípio do "livre exame" dos textos sagrados. A renovação proposta pretendia o retorno as origens sem a intervenção da tradição cristã. Lutero defendia a consulta direta a Sagrada Escritura.

O interesse de Lutero pela educação pode ser visto nos discursos redigidos aos homens políticos alemães. Alguns deles são: *Carta aos conselheiros comunaes de todas as cidades da Alemanha de 1524* e o *Sermão sobre a necessidade de mandar os filhos à escola de 1529*.

A classe popular deveria ter acesso à instrução e esta deveria ser ministrada em escolas públicas. Todo cidadão deveria ter acesso a educação mesmo que fosse a educação básica. Lutero e Melanchthon trabalharam intensamente para a implantação da escola primária para todos, essa foi a primeira vez em se falou em educação universal:

Caberia ao Estado a responsabilidade pela tarefa de educar. A instrução é portanto, uma obrigação para os cidadãos e um dever para os administradores das cidades. Os primeiros têm a obrigação por que a lei de Deus não pode ser mantida com os punhos e com as armas, mais apenas com a cabeça e com os livros (CAMBI. 1999. p. 249).

A formação do cidadão culto favorecia o respeito à lei e a paz a social além de ser uma economia de dinheiro, para Lutero a ignorância deveria ser combatida, pois seria um instrumento pelo qual o diabo usaria para ofender as cidades e os Estados.

A educação, para Lutero, deveria ser feita a partir do estudo das línguas, as antigas e as nacionais:

"(...) por que as línguas são a bainha na qual está guardada a espada do espírito" (CAMBI. 1999. p.249).

A escola era organizada em quatro setores: os das línguas (latim, grego, hebraico e alemão) com o intuito de ler as fontes das Sagradas Escrituras; o das obras literárias (pagãs e cristãs), para o ensino da gramática e a leitura dos textos sagrados; o da ciência e das artes; e, o da jurisprudência e da medicina.

A frequência escolar era limitada a uma ou duas horas diárias, e o restante do tempo seria dedicado ao trabalho doméstico, ou seja, aprender um ofício. Sendo assim, estudo e trabalho caminhariam juntos. Para Lutero, os espaços escolares deveriam ser adaptados para que fossem mais bem utilizados e deveriam possuir boas bibliotecas.

O professor deveria substituir a família quando esta se mostrasse incapaz de exercer seu papel em relação ao jovem. O mestre deveria equilibrar amor e severidade, pois com amor se conseguiria muito mais progresso do que com castigos e punições.

No espaço escolar não deveria ter lugar para os estudos sem uma finalidade específica, sem uma motivação precisa. Lutero critica o verbalismo ocioso da escolástica. Sua proposta pedagógica valorizava jogos, exercícios físicos, além da música e do estudo de história e de matemática.

Embora essa tenha sido a primeira vez em que se falou em educação para todos, havia uma nítida distinção: para as classes mais pobres era ministrado um tipo mais simples de educação: a educação primária e elementar e para as classes mais privilegiadas existia a possibilidade do ensino médio e superior.

Melanchton (1497-1560), nascido num vilarejo da Remânia, adepto dos ideais do luteranismo, acreditava que a finalidade da escola é a "piedade evangélica". Juntamente com Lutero, trabalhou intensamente para a implantação da escola primária para todos.

Melanchton mostrou precocemente dotes intelectuais, além de um vasto conhecimento das línguas clássicas. Seu método educacional priorizava a aprendizagem da leitura e da conversação. Ele atribuía as autoridades civis à

tarefa de instruir e financiar as escolas, além de indicar mestres dotados de boa cultura clássica.

Melanchton foi responsável por algumas mudanças educacionais. No nível universitário, introduziu novas matérias entre as quais a matemática, até então ensinada para fins práticos e comerciais.

João Calvino (1509-1564) era adepto das idéias de Lutero, só divergiam num ponto: Lutero defendia a salvação do homem através da palavra divina contida nas Sagradas Escrituras, enquanto que Calvino, pautava-se na predestinação. Segundo Calvino, Deus instigava o homem a procurar sua salvação através das obras e no mundo o sinal da sua própria eleição:

Calvino defende nos seus ordenamentos eclesiásticos a necessidade de: uma freqüência escolar para todo representante da nova Igreja e apontam nas línguas e nas ciências seculares os instrumentos fundamentais da formação (CAMBI. 1999. p. 253).

Calvino também foi o responsável por organizar a educação em Genebra com o apoio da rica burguesia. Sua concepção educacional estava voltada para o trabalho que era considerado por ele um elemento de salvação do homem e um meio de instaurar o reino de Deus na terra.

Diante da expansão da crença protestante, a Igreja Católica desencadeou uma forte reação. Essa reação proposta pela Igreja ficou conhecida por Contra-Reforma e será o tópico apresentado a seguir.

2.4 - A Educação e a Contra-Reforma:

Diante do crescimento do protestantismo, a Igreja Católica reagiu com o movimento da Contra-Reforma. A intenção da Igreja era recuperar o espaço perdido combatendo as heresias.

O ponto alto da Contra-Reforma foi o Concílio de Trento (1546-1563). Este concílio, reafirmou a fé e destacou os pontos fundamentais da doutrina católica: a essencialidade da Igreja, o valor dos sacramentos e a eficácia das obras ao lado da intervenção da graça.

Além da confirmação da supremacia do poder papal, o Concílio de Trento também reforçou a ação da Inquisição, principalmente em Portugal e na Espanha. Voltou-se ao espírito da Idade Média, principalmente a leitura feita por São Tomás de Aristóteles reforçando a sua missão evangelizadora e educativa:

Com o Concílio de Trento, de fato, a Igreja de Roma adquire uma maior consciência de sua própria função educativa e dá vida a um significativo florescimento de congregações religiosas destinadas de maneira específica a atividades de formação não só dos eclesiásticos, mas também dos jovens descendentes dos grupos dirigentes (CAMBI. 1999. p.256).

A grande diferença entre a proposta educacional da Reforma e a da Contra-Reforma foi que: a primeira privilegiava a instrução dos grupos burgueses e das classes populares da sociedade, criando as condições mínimas para que todo indivíduo pudesse ler os textos sagrados; Já a segunda propôs um modelo cultural, formativo e tradicional que se vinculava ao modelo político e social apregoado pela classe dominante. A pedagogia da Contra-Reforma dará

Vida a novas instituições escolares ligadas ao modelo do colégio interno a currículos formativos que se referem em parte, a tradição pedagógica do humanismo (CAMBI. 1999. p.258).

A essência humanística que era a liberação e a exaltação do homem perdeu seu papel na medida em que essas características foram inseridas na pedagogia da Contra-Reforma de forma rígida e com o intuito de organização.

No processo da Contra-Reforma, a principal ordem religiosa criada para combater a ampliação do protestantismo foi a Companhia de Jesus. A partir dela criou-se o Colégio dos Jesuítas, que se configurou como um sistema de instrução que teve repercussões mundiais e foi responsável por lançar os fundamentos da escola moderna, laica e estatal.

2.5- O Colégio dos Jesuítas:

Santo Inácio de Loyola (1491-1556), um militar espanhol que pertenceu a uma família nobre, depois de ter sido ferido em combate foi acometido de uma profunda crise religiosa que resultou num exame de consciência de sua própria vida. Resolveu, então, se colocar a serviço da defesa da fé, tornando-se um verdadeiro soldado de Cristo.

Santo Inácio de Loyola frequentou alguns cursos universitários em Paris, onde juntamente com Francisco Savério e Pedro Fabro fundaram a Companhia de Jesus, daí o nome de jesuíta dado por seus seguidores.

A Ordem foi criada em 1534 e em 1540 foi oficialmente aprovada pelo Papa Paulo III, estando diretamente vinculada ao poder papal e desligada da hierarquia comum da Igreja. Seus adeptos eram chamados de padres seculares, pois não se retiravam em conventos, misturando-se a fiéis de todo mundo, no “século”, como se costumava dizer.

Os jesuítas se espalharam por todo mundo, da Europa, assolada pelas heresias, até a Ásia, a África e a recém descoberta América. A Ordem era regida pela disciplina militar, tendo como principais objetivos: propagar a fé missionária e lutar contra os infiéis e os heréticos.

Os jesuítas marcaram sua ação pedagógica a partir da conquista das almas jovens, pois os adultos eram mais intolerantes - o que contribuiu para a proliferação das escolas, que por mais de duzentos anos (de 1540 a 1773) formaram inúmeras gerações de estudantes.

O fim da educação jesuítica era eminentemente humanístico, tentava conciliar a obra clássica com espírito religioso para formação do homem bem educado, culto e polido.

Os textos utilizados eram de alguns autores pagãos, como por exemplo: Cícero, Ovídio, Virgílio, Píndaro, entre outros, adaptados aos ideais cristãos que, muitas vezes, resumiam e até suprimiam alguns trechos considerados perigosos para a fé.

Os jesuítas retomaram o pensamento aristotélico-tomista, mesmo com a crítica que o Renascimento fazia à filosofia medieval. As descobertas científicas de Galileu, Newton e Kepler, bem como a filosofia de Descartes divulgadas durante o século XVII não foram incorporadas pelos jesuítas.

A formação dos mestres jesuítas era constante, bem como a uniformização da ação; isto era possível devido à formação rígida das universidades. Em 1550, foi fundado o Colégio Romano, que era destinado a formação de futuros professores e para onde eram encaminhados relatórios das experiências jesuíticas em todo mundo.

Essas experiências eram constantemente avaliadas, codificadas e reformuladas, adquirindo forma definitiva no famoso *Ratio Studiorum* – que significa organização e plano de estudos. Este documento foi publicado em 1599 pelo padre Aquaviva.

O *Ratio Studiorum* contém regras práticas de como deveria ser a ação pedagógica, a organização administrativa, entre outros assuntos. Todas as camadas pertencentes à escola seguiam o *Ratio Studiorum* desde o reitor até os alunos.

O risco do livre arbítrio de qualquer mestre foi completamente descartado, porque no final do século XVII, o padre Jouvency lançou um manual com regras e bibliografias para guiar o magistério, além disso, haveria a troca contínua de informações que garantia a unidade de pensamento e ação.

Essa troca contínua de informações não deve ser confundida com rigidez. Conforme o lugar do mundo havia uma certa flexibilização, sob constante vigilância, para facilitar a obra missionária.

O ensino nos colégios era pautado pelo *Ratio Studiorum* e quanto à disciplina, os aspectos relevantes foram: a moral, a proteção e a vigilância dos alunos.

O colégio deveria ser um local que cultivaria a excelência na formação religiosa, intelectual e moral, com proteção e vigilância. O controle na admissão dos alunos, a substituição do pai ausente e férias curtas eram mecanismos utilizados a fim de que o contato com a família não afrouxasse os hábitos adquiridos.

Os alunos eram vigiados também fora do espaço escolar, os hábitos mundanos eram condenados e as famílias eram recriminadas se não cuidassem bem dos seus filhos. A obediência era virtude exigida não só dos alunos como também dos padres, que eram submetidos a uma disciplina de trabalho rígida.

As punições eram constantes, sendo que o mestre deveria castigar com palavras. Se a falta fosse considerada grave eram permitidas punições físicas, mas não poderiam ser ministradas pelos padres. Havia um “corretor”, que não pertencia a Companhia de Jesus, que era encarregado do serviço. Os jesuítas compensavam as punições com atividades recreativas que proporcionavam ambiente mais alegre e saudável.

Os alunos estudavam durante cinco horas por dia, sendo que eram duas horas e meia pela manhã e o restante à tarde. O ensino era totalmente separado da vida; a conversação era exclusiva em latim e a análise de autores também. A cultura era universalizada pelo latim, daí o seu ensino obrigatório para que os alunos pudessem assimilar os conteúdos em latim com a familiaridade da língua materna.

A educação era tradicional: a repetição dos exercícios era constante a fim de que fossem memorizados. Para isso, o mestre contava com auxílio dos melhores alunos que cuidavam de nove colegas, tomando as lições de cor,

recolhendo os exercícios, marcando os erros e as faltas num caderno. Aos sábados era repassada a lição de toda a semana, daí surgiu a expressão “sabatina”.

A competição também era estimulada nas escolas jesuíticas, as turmas mais adiantadas disputavam verdadeiros torneios de erudição. A “emulação”, ou seja, estímulo à competição, era feito da seguinte forma: os alunos recebiam títulos de imperador, ditador, cônsul, tribuno, senador, cavaleiro, decurião e edil. Para estimular os alunos, as classes eram divididas em facções: os romanos e os cartagineses.

Um outro incentivo à competição entre os alunos eram as premiações, os que se destacavam mais ganhavam verdadeiras festas, onde eram convidadas autoridades eclesiásticas, civis e familiares com o intuito de abrilhantar a festa. Academias foram criadas para que os melhores alunos mostrassem sua produção intelectual. Também eram montadas peças teatrais que iam desde simples diálogos até comédias e tragédias, além de dramas litúrgicos. Todos os textos eram cuidadosamente selecionados.

O conteúdo de ensino era baseado na leitura dos clássicos gregos e latinos adaptados a veemência cristã. Os cursos eram divididos em:

**Studia Inferiora* – curso de nível médio com duração de três anos, constituído de três classes (gramática, humanidades e retórica). Era o alicerce de todo ensino baseado na literatura clássica greco-latina.

*Filosofia e ciências (ou curso de artes), com duração de três anos para a formação do filósofo, composto das seguintes disciplinas: lógica, introdução às ciências, cosmologia, psicologia, física, metafísica e filosofia moral.

**Studia Superiora* – curso que compreendia o estudo da teologia e das ciências sagradas, a duração do curso era de quatro anos. Era o mais alto grau de estudos e visava a firmação do futuro padre.

As classes de gramática ensinavam o latim clássico até o domínio perfeito da língua. Os textos eram adaptados de autores latinos, e as obras contemporâneas, principalmente os contos e os romances, eram proibidos pois eram considerados instrumentos de contaminação moral e intelectual.

No campo literário, os alunos tinham acesso as principais obras greco-latinas apurando a capacidade de demonstração e estilo, permanecendo atrelados a padrões clássicos. O programa atendia ao ideal de eloquência latina do século XVI e, segundo o filósofo jesuíta brasileiro padre Leonel Franca, “a gramática visa à expressão clara e correta; as humanidades, a expressão bela e elegante; a retórica, a expressão enérgica e convincente” (ARANHA. 1989. p. 112).

O ensino de filosofia e ciências era extremamente conservador baseado na filosofia escolástica de São Tomás e Aristóteles. Disciplinas como história, geografia e matemática eram consideradas “ciências vã” e retiradas do primeiro ciclo e pouco estudadas nas classes mais adiantadas. Os exercícios, na sua maioria, eram de erudição e retórica e a forma com que os jesuítas lidavam com os textos não levava ao desenvolvimento do espírito crítico.

2.6- Os Jesuítas e as Crianças no Brasil:

A conversão do “gentio” e o ensino das crianças foram as principais preocupações dos padres da Companhia de Jesus no início da sua missão, na América portuguesa.

No decorrer do século XVI, os padres jesuítas que desembarcaram no Brasil tinham a missão de evangelizar os moradores que aqui habitavam: os portugueses, os índios e as crianças. A princípio não havia um plano de ensino predeterminado, até porque a infância estava sendo descoberta naquele momento no Velho Mundo.

O sentimento e a afetividade em relação à infância fizeram com que os padres jesuítas escolhessem as crianças indígenas, pois essas eram consideradas puras, por isso a conversão se tornaria mais fácil à evangelização.

Os índios adultos eram considerados arredios e toda a atenção estava voltada para as crianças. Com o passar do tempo consolidava-se a convicção de que os meninos não somente se convertiam mais facilmente como também seriam aqueles que abriam caminho para a conversão do gentio.

Os padres da Companhia de Jesus estabeleceram alianças com diversos grupos indígenas, porque os índios tinham costume de darem seus filhos para que os padres pudessem evangelizar.

As crianças que já haviam sido evangelizadas passavam a abandonar os costumes de seus pais. Quebravam as tinas cheias de vinho de seus pais para que estes não bebesses. Elas também repreendiam seus pais e delatavam suas práticas aos padres. Os jesuítas condenavam práticas como: a nudez, a

antropofagia e a poligamia. Para os padres jesuítas, o mais difícil era justamente preservar nos índios os bons costumes.

Um motivo de orgulho para os padres era ver aqueles que foram instruídos seguir os ofícios ensinados por eles. Isto ocorreu na Bahia, alguns meninos criados na Casa do Espírito Santo, aprenderam o ofício de tecelão e se casaram com moças que tinham aprendido a fiar, assim passavam a ganhar a vida nos moldes cristãos.

A educação jesuítica provocou uma profunda transformação na vida dos jovens índios. O cotidiano educacional dos meninos índios variava de acordo com o lugar e as circunstâncias (períodos de guerra e de fome). A citação abaixo explica o cotidiano educacional na aldeia:

Pelas manhãs, os meninos iam pescar para si e para seus pais, que não se mantêm de outra coisa. À tarde, voltam os meninos para a escola, havia doutrina para todos da aldeia, que acabava com Salve cantada pelos meninos e a Ave Maria finalmente à noite (DEL PRIORE. 2000. p.62).

Nessas aldeias, os meninos não moravam com os padres, havia apenas as escolas. Nas escolas os padres uniam o ensino da doutrina com o aprendizado do ler, escrever e contar. As crianças moravam com seus pais e o missionário não estava vinculado a docência. A evangelização dos índios no Brasil uniu catequese e escolarização.

Era comum nas aldeias a prática de alguns castigos, colocar os moços no tronco era a punição para os que fugissem da escola. Contudo, os castigos não eram ministrados pelos padres, eram feitos por alguém de fora da Companhia. O

aprendizado nas escolas da aldeia era feito a partir da memorização e os padres orgulhavam-se dos que sabiam tudo de cor. Para isso os jesuítas utilizavam o catecismo dialogado.

Este diálogo (entre vários outros), usado inicialmente nas escolas, foi traduzido para o Tupi e aditado por Anchieta e versava sobre os mais variados temas, como a criação do mundo, a criação e queda de Adão e Eva, a encarnação e a paixão de Jesus Cristo e a complexa definição da Santíssima Trindade. (DEL PRIORE. 2000. p.63).

Ensinava-se a cantar e tocar instrumentos, também como forma de aprender a doutrina e os bons costumes. Essa prática se intensificou com a chegada, entre 1550 /1551, dos meninos do Colégio de Jesus dos Meninos Órfãos de Lisboa, que vinham auxiliar a catequese. Entretanto, tal prática foi condenada pelo primeiro bispo do Brasil, Dom Pero Fernandes, que não via com bons olhos a atividade exercida pelos órfãos, que cantavam as músicas e tocavam os instrumentos dos índios.

O ensino musical era de suma importância não só para o aprendizado da doutrina, mas também para a participação nas variadas formas da vida religiosa. As festas religiosas realizadas por ocasião de batismos e de vitórias militares, eram importantes e serviam também como mecanismo de evangelização.

Ao longo dos anos, o trabalho dos jesuítas juntos aos índios prosperou. Aumentou o número de colégios e também a quantidade de alunos. Todavia existia um dilema, era costume dos índios mudar-se de uma parte para outra, e o

receio dos padres era que os filhos levados pelos pais voltassem a praticar antigos costumes.

Além do nomadismo, as crianças cresciam e era comum abandonarem o aprendizado recebido pelos padres. Ao chegarem a puberdade, os índios entregavam-se a bebedeiras e a luxúrias da mesma forma com que se entregavam aos costumes dos jesuítas quando ainda eram crianças. Para muitos, a puberdade marcava a expulsão do paraíso prometido pelos jesuítas.

Outros eram capazes de receber a graça e procurar sua salvação. Muitos estudantes das escolas jesuíticas auxiliavam os padres além de seguirem ofícios.

Todos esses problemas levaram os padres a optarem cada vez mais pela conversão a partir da sujeição e do temor. Fortalecia-se aos poucos a convicção de que os índios só se converteriam se fossem sujeitos a alguma autoridade.

Como o abandono da escola era comum, com a chegada da puberdade, a Companhia de Jesus, durante o século XVI, se mobilizou em torno da formação de um clero nativo, que era composto dos meninos mais habilidosos. Além da formação do clero nativo, a formação cristã e a educação das crianças da terra eram a intenção da Companhia de Jesus, para formação de um povo cristão.

Os alunos que mais se destacavam auxiliavam os padres como intérpretes da língua tupi. Os padres utilizavam esses intérpretes para se comunicarem com os outros índios pois, não possuíam o domínio da língua. Durante muito tempo a utilização de intérpretes sofreu muitas críticas, porque os mesmos eram utilizados nas confissões, além da pregação e da conversão dos índios.

O domínio da língua tupi foi um dos critérios fundamentais para a formação dos membros da Companhia de Jesus no Brasil. A Companhia de Jesus se

expandiu e precisava suprir a escassez de padres que dominassem a língua nativa, a partir de então passaram a defender a formação um clero nativo.

O padre Nóbrega era um dos que defendiam os meninos da terra. O padre ensina os índios e os filhos dos portugueses nascidos no Brasil com grande cuidado e empenho. O padre Nóbrega pretendia escolher os que mais se destacassem para enviá-los a Portugal para quando retornassem pudessem auxiliá-los como "bons obreiros".

O padre Nóbrega defendia a formação de sacerdotes a partir da população nativa, mestiça e até de filhos de portugueses como alternativa à falta de padres. Se a necessidade não fosse suprida com a utilização dos nativos, os jesuítas teriam que buscar outros meios para a conversão dos índios e a manutenção da Companhia de Jesus.

Contudo, experiências anteriores demonstravam que os meninos crescidos não possuíam muitas virtudes, por isso a alternativa usada pelos padres era ensinar os meninos no Brasil e quando atingissem a adolescência seriam encaminhados ao velho mundo, pois se acreditava que as chances de cometerem pecados seriam minimizadas. Por isso, o intercâmbio com a Europa era fundamental.

Em dezembro de 1562, o padre Laynes, em carta encaminhada ao padre Nóbrega, informava que sua idéia tinha sido aceita. Mas a entrada de nativos na Companhia de Jesus só aconteceria após rigorosa averiguação. Caso contrário, serviriam somente como intérpretes.

A entrada de índios, filhos de portugueses e mestiços sofreu várias restrições e definitivamente no final do século XVI ficou decidido que os filhos dos

índios e os mamelucos estavam definitivamente proibidos de fazerem parte da Companhia de Jesus.

Com a expansão e o domínio da Companhia de Jesus, o crescimento do número de colégios foi inevitável. Esse crescimento provocou uma forte preocupação com os rumos tomados pela Companhia de Jesus. Acreditava-se que o crescimento demasiado contribuiria para o abandono do que era considerada a missão jesuítica, a evangelização. Além disso, a expansão da Companhia de Jesus provocava problemas financeiros.

Alguns padres, como por exemplo, o padre Grã defendia que a Companhia de Jesus deveria ser mantida com esmolas do rei e de moradores portugueses. Muitos padres se queixavam, em cartas enviadas a Europa, das dificuldades em se manter as casas e os colégios principalmente aqueles que sustentavam parte dos alunos.

Entretanto, a filosofia da Companhia de Jesus era ensinar o maior número possível de índios e para isso era utilizada a política de instrução que consistia em abrir uma nova escola sempre que fosse erguida uma nova Igreja. Por isso, fazia-se urgente que a Companhia de Jesus garantisse sua independência por meio de contribuições que eram permitidas pela constituição, mesmo que fosse contra a concepção de alguns padres.

Além da falta de recursos financeiros, um outro problema que preocupava os padres da Companhia de Jesus foi à diminuição do número de alunos que ocorreu em alguns colégios, como por exemplo, no Colégio de Pernambuco, em Olinda. Era comum o índio abandonar a escola depois de ter aprendido a ler,

escrever e contar, pois a partir daí já poderiam servir como mão-de-obra ao sistema de trabalho trazido da Europa.

Os índios que prosseguiam nos estudos, como o de gramática e latim, freqüentavam verdadeiros centros de formação. A rotina vivenciada pelos estudantes das vilas, e dos colégios era bastante diferenciada. Os últimos, participavam de vários cerimoniais acadêmicos, que variavam desde de premiações de prosa e verso até disputas a respeito da doutrina cristã.

As práticas da Companhia de Jesus no Brasil não foram diferentes daquelas do restante do mundo. Mesmo enfrentando vários problemas, os jesuítas entenderam que era sobre as crianças, consideradas “ceras brancas”, que deveriam depositar os caracteres da fé e virtude cristãs. Por isso, foram elaborados vários projetos e estratégias que se transformaram a medida em que se consolidava a própria conquista portuguesa na América.

Após cerca de duzentos anos de ação pedagógica, os jesuítas sofreram diversas críticas. A Companhia de Jesus era acusada de ser decadente e ultrapassada, de estar preocupada somente com a formação de novos jesuítas e não com a educação dos jovens. Afinal, o universalismo do ensino jesuítico distanciava os alunos do mundo pois era muito formal, sendo ineficaz para a vida prática.

O ensino jesuítico estava preocupado com as belas letras e com o saber por saber, que era típico dos letrados e eruditos. Os jesuítas também eram considerados dogmáticos e autoritários e muito comprometidos com o Santo Ofício (Inquisição). Além disso, a Companhia de Jesus foi acusada de ter

enriquecido e de exercer poder político sobre os governos, visando seus próprios interesses.

Os jesuítas foram expulsos de Portugal e de seus domínios, incluindo o Brasil, em 1759 pelo Marquês de Pombal e, finalmente, em 1773 o Papa Clemente XIV extingue a Companhia de Jesus. Mas em 1814, ela foi restabelecida, porém continuou a sofrer perseguições durante todo o século XIX.

2.7- A questão da disciplina nas escolas da Idade Moderna:

Com o fim da Idade Média, o tratamento dado à diferença de idade começou a mudar. Mesmo com a separação da primeira infância, a mistura das idades ainda persistiu nos séculos XVII e XVIII. Crianças de 10 a 14 anos, adolescentes de 15 a 18 anos e rapazes de 19 a 25 anos continuavam freqüentando a mesma classe. Este fato ocorreu até os fins do século XVIII.

A separação em definitivo dos jovens a partir de 20 anos só aconteceu no século XIX, pois não era considerada estranha a presença desses jovens nas salas de aula junto com alunos de menos idade.

A separação entre a segunda infância e a adolescência só ocorreria mais tarde no final do século XIX, com a entrada da burguesia nas escolas secundárias e no ensino superior. Segundo Ariés (1981, p.176) subsiste ainda hoje, na França, a mistura de faixas etárias nas classes populares, onde não há formação secundária.

O jovem das classes menos favorecidas concluía o primeiro grau e não dava continuidade aos estudos, ia diretamente para o mercado de trabalho,

enquanto que na burguesia o fim da infância e da adolescência e o início da maturidade estavam bem demarcados porque esses jovens iam para o ensino secundário e superior .

Gerson e o Cardeal d' Estouteville eram adeptos da nova idéia de infância e de educação. Segundo o Cardeal, *“as crianças não podiam ser abandonadas sem perigo a uma liberdade sem limites hierárquicos. Eles pertenciam a um seguimento que exigia uma disciplina maior e princípios mais estreitos”*. O Cardeal afirmava que: *“os mestres-escolas – os principais – não deviam ser os primeiros camaradas das crianças.”* (ARIÉS, 1981, p.179).

Sendo assim, o papel do professor ia muito além de transmitir conhecimento, educar seria formar espíritos e construir virtudes. O mestre deveria utilizar seus poderes para corrigir e até punir os alunos se fosse necessário.

A ausência de disciplina que permeava as relações dos estudantes nas comunidades cedeu lugar a disciplina humilhante – o chicote e a espionagem mútua eram artifícios utilizados pelo professor. Os castigos corporais se generalizaram ao longo dos séculos XV e XVI.

A diferença era o tratamento dado as crianças e aos adultos, esses últimos não sofriam tantos castigos corporais quanto os primeiros. O modo de punição, muitas vezes, estava atrelado a condição social, os fidalgos, por exemplo, recebiam tratamento diferenciado. Quanto às crianças e jovens, quaisquer que fosse sua condição social, estavam sujeitos ao mesmo regime e eram surrados de forma igual.

A partir do século XVI, os castigos e as punições estenderam-se a adolescência. Recuou-se a adolescência em direção à infância com o intuito de

melhorá-la. Tal prática foi rechaçada pela sociedade francesa e, no ano de 1763, foi abolida.

Com a abolição dos castigos corporais, um novo anseio surge: despertar na criança a responsabilidade do adulto. Com o surgimento desse novo sentimento ficou claro que a infância exigia cuidados e que as etapas de sua formação deviriam ser respeitadas. Essa nova concepção de educação conheceu seu apogeu no século XIX.

A criança deveria ser bem educada. Essa noção não existia no século XVI, ela foi criada no século XVII. Tal concepção foi construída pela elite de pensadores e moralistas que ocupavam altos cargos na Igreja e no governo. Os nomes utilizados para designar a criança bem educada foram: o pequeno burguês na França e *gentleman* na Inglaterra. A rudeza e a imoralidade estavam ligadas as camadas populares. A imagem de alguns escolares estava atrelada a imagem de vagabundos, era a chamada escória.

No início do século XIX, os hábitos infantis foram os primeiros a serem modificados, e aos poucos os dos homens da elite também. E mais tarde, o homem moderno independente da classe social deveria ser bem educado.

A disciplina foi a grande diferença entre as escolas medievais e as dos tempos modernos. Se na Idade Média a disciplina estava ligada apenas a vigilância interna das escolas, na Idade Moderna ampliou-se juntamente com a escolarização integral.

As pessoas não se contentavam em passar somente um ou dois anos na escola. Isso ocorria não só entre os nobres como também entre os humildes artesãos. A disciplina cada vez mais rígida fazia parte da escolarização das

Considerações finais:

O objetivo deste trabalho de pesquisa histórica foi fazer o levantamento de quais foram os fatores históricos que contribuíram para o autoritarismo em sala de aula, após o levantamento bibliográfico sobre o tema “A escolarização entre a Idade Média e a Idade Moderna” nos autores Franco Gambi, Philippe Ariès, Mário Aliguiero Manacorda, Maria Lúcia de Arruda Aranha e Mary Del Priori.

Os resultados desta pesquisa foram os seguintes fatores: a influência exercida pelo Cristianismo; a influência da burguesia, da Reforma, da Contra-Reforma e as mudanças acarretadas pelas mesmas no processo educacional; a tradição da educação jesuítica no ensino brasileiro e a disciplina.

Concluí que todos esses fatores de alguma forma influenciaram e ainda influenciam as práticas educativas atuais. A pedagogia tradicional sistematizou-se com a emergência e a consolidação da sociedade burguesa, onde o poder é centralizado e hierarquizado refletindo o modelo de sociedade nas práticas escolares. O professor é visto como dono do saber e ao aluno cabe a tarefa de assimilar. Com isso, uns serão bem sucedidos e outros ficarão para trás perpetuando o modelo de sociedade capitalista que não prioriza a educação de todos e sim de uma pequena minoria pertencente à classe dominante.

Mudar esta estrutura não é tarefa fácil, a avaliação deve ser uma prática mais consciente onde o aluno tenha espaço para opinar e que o professor perca o papel de carrasco passando a ser um companheiro: aquele que contribuirá para um processo de ensino-aprendizagem mais consciente.

Bibliografia:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

DEL PRIORI, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

GAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação da Antiguidade aos nossos dias**. 6°.ed. São Paulo: Cortez, 1997.



UNI-RIO
Universidade do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
DISCIPLINA : MONOGRAFIA II

ALUNO(A) : Cleide Barros da Silva

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO : A Ukolari guas
entre a Idade Média e a Idade Moderna.

ORIENTADOR : Angela Maria Souza Martins

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

Primeiro avaliador : **Professor convidado**

Professor: NAILDA BONATO

Nota : 7,5 (sete e meio)

Considerações Finais:

De temática bastante abrangente a monografia é uma compilação de textos, especialmente o de Lombi (1999). Por este motivo algumas conclusões "afunadas" e conceitos a serem explicitados. Conteúdo "desaproveitado" de aprofundamento. Porém, conseguiu-se uma "costura textual" considerável. Valor e esforço!

Nailda Bonato

Segundo avaliador :

Professor orientador

Professor : ANGELA MARIA SOUZA MARTINS

Nota: 8,5 (OITO E MEIO)

Considerações Finais:

A aluna trata de um tema relevante e abrangente. Reconheço que a aluna compreendeu um grande esforço para elaborar a monografia, mas devido à amplitude do tema não teve condições de desenvolvê-la plenamente. A sistematização de ideias e conclusões ao longo está boa, mas precisava uma diligência mais precisa da temática desenvolvida. Pelo esforço da aluna consigo em a nota 8,5 (OITO E MEIO).

Angela

Terceiro avaliador : Professor da disciplina Monografia II

Professor: Ligia Klaitz Collin

Nota : 10,0

Considerações Finais:

A Ludologia apresenta os principais elementos
pl sua elaboração formal. (ABNT)

LLC

RESULTADO FINAL

| Avaliador 1 | Avaliador 2 | Avaliador 3 | Pontos | Nota final |
|-------------|-------------|-------------|--------|------------|
| 7,5 | 8,5 | 10,0 | 26,0 | 8,8 |

Rio de Janeiro, 01/10/2004

L. Collin

QUADRO RESUMO - ORIENTAÇÕES

Mês JUNHO

| | | | | |
|-----------|-------------------------------------|--|--|--|
| Dia | 29/06/2004 | | | |
| Atividade | DISCUTIR OS CAPÍTULOS DA MONOGRAFIA | | | |
| Professor | DMM | | | |
| Aluno | | | | |

Mês JULHO

| | | | | |
|-----------|------------------------|------------------------|--|--|
| Dia | 23/07/2004 | 27/07/04 | | |
| Atividade | DISCUTIR O 1º CAPÍTULO | DISCUTIR O 1º CAPÍTULO | | |
| Professor | DMM | DMM | | |
| Aluno | | | | |

Mês AGOSTO

| | | | | |
|-----------|--|--|--------------------------|---------------|
| Dia | 3/8/2004 | 5/8/2004 | 24/8/2004 | 30/8/2004 |
| Atividade | DISCUTIR O CAPÍTULO SOBRE A FIDELIDADE | DISCUSSÃO SOBRE O QUE FOI ESCRITO SOBRE FIDELIDADE | DISCUSSÃO DO 3º CAPÍTULO | Quanto Simões |
| Professor | DMM | DMM | DMM. | DMM. |
| Aluno | | | | |

Mês _____

| | | | | |
|-----------|--|--|--|--|
| Dia | | | | |
| Atividade | | | | |
| Professor | | | | |
| Aluno | | | | |

Mês _____

| | | | | |
|-----------|--|--|--|--|
| Dia | | | | |
| Atividade | | | | |
| Professor | | | | |
| Aluno | | | | |